

Observatório da Oposição

8 DE JULHO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 57

DEPUTADO FEDERAL
EV AIR
DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

VAITER ARROZ
a R\$ 4 o quilo no Brasil!

Governo compra 263 mil toneladas de arroz importado

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Governo Lula admite fracasso e cancela polêmica importação desnecessária de arroz

**MARCOS
ROGÉRIO**
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

3

TRABALHO

4

AGRO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

DEPUTADO FEDERAL
EVAIR
DE MELO
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Governo Lula Admite Fracasso e Cancela Polêmica Importação Desnecessária de Arroz

O governo Lula finalmente admite o fracasso da importação de arroz, uma medida desnecessária e repleta de irregularidades, expondo a falta de planejamento e a má gestão

Após meses de polêmicas, o governo Lula finalmente decidiu encerrar a questão dos leilões para importação de arroz, admitindo o fracasso da medida. O anúncio foi feito pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em [entrevista](#) à GloboNews, que declarou que não serão realizados novos leilões para a compra do produto no exterior. Esta decisão vem após uma série de eventos que expuseram a fragilidade e as irregularidades da política proposta.



Contexto da Crise

1. **ROP 51: De forma ilegal, Lula usa embalagem de arroz importado em momento de crise para fazer propaganda do governo**

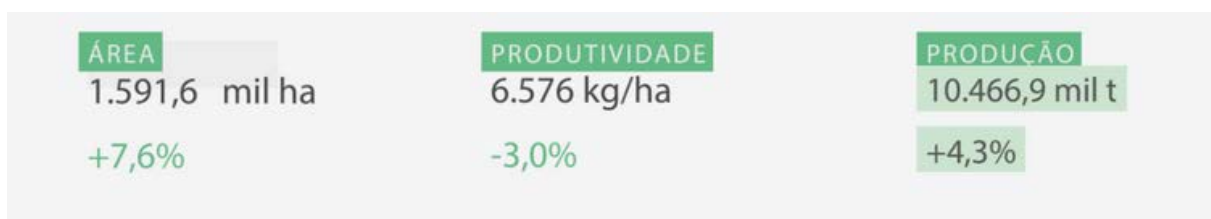
Sob falsa premissa de haver desabastecimento de arroz no país, o governo Lula publicou a [MPV 1217/2024](#), que autoriza a importação de 1 milhão de toneladas de arroz pela Conab, livre de licitações e livre de certificações sanitárias (ou seja, aumentando o risco da introdução de pragas exóticas ao Brasil).

2. **ROP 53: Leilão bilionário de arroz do governo Lula levanta suspeitas sobre capacidade de empresas vencedoras**

O leilão, conduzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi marcado por uma série de problemas. Entre os participantes estavam empresas sem histórico no setor agrícola, como uma locadora de máquinas e uma loja de queijos, levantando dúvidas sobre a capacidade técnica e financeira das vencedoras para cumprir os contratos.

3. **ROP 54: Ex-secretário de Política Agrícola reconhece que compra bilionária de arroz era desnecessária e que foi pressionado a realizar leilão**

- Neri Geller revelou ter sido pressionado pelo governo para organizar o leilão, que posteriormente foi anulado pela própria administração por não seguir as condições técnicas adequadas. Em uma entrevista, Geller se defendeu, alegando estar sendo usado como "bode expiatório" para encobrir o fracasso do leilão, que beneficiou apenas algumas empresas, incluindo uma associada a seu filho. Ele apontou que a decisão sobre a quantidade de arroz a ser comprada foi tomada pela Casa Civil e pelo Ministério da Agricultura, sem o devido respeito às diretrizes técnicas.
- A Conab, em seu [9º Boletim com o levantamento da safra de grãos 2023/24](#), reafirmou a autossuficiência da produção deste ano, com incremento de 4,3% da produção em relação à safra passada (figura abaixo).



“Há tempos a oposição vem alertando para as inconsistências no leilão de arroz. Agora, temos o responsável explicando de forma detalhada o que aconteceu.”

[Senador Marcos Rogério \(PL-RO\), no X.](#)



Desfecho

- Em um discurso recente, o ministro Carlos Fávaro anunciou que não serão realizados novos leilões para a importação de arroz. Essa decisão representa uma admissão tácita do fracasso da medida, demonstrando que não só não é possível estabilizar os preços dessa forma, mas também trouxe à tona uma série de irregularidades e má gestão dentro do governo.
- A decisão de cancelar os novos leilões de importação de arroz marca o fim de uma política que foi amplamente criticada por sua execução falha e por não ser necessária desde o início. Este episódio serve como um lembrete da importância de uma gestão pública transparente e baseada em dados concretos, evitando intervenções precipitadas e ilegais que podem resultar em crises ainda maiores.



EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Promessas Vazias e Gastos Exorbitantes: Ministérios de Lula Desperdiçam Recursos sem Resultados Concretos

Enquanto os ministérios de Lula gastam milhões em viagens e diárias, os resultados prometidos não aparecem, revelando uma gestão pública ineficiente e descomprometida com o serviço público.

Muito se falou da importância da criação de ministérios para tratar de pautas específicas no início do governo, porém a pergunta que fica é: Onde estão os resultados? O que se vê são notícias destacando o grande dispêndio de recursos públicos com diárias e passagens, sem que se tenha a contrapartida da concretização de políticas públicas.



Em ações relacionadas ao **Ministério dos Povos Indígenas**, por exemplo, a promessa do governo Lula ocorreu em função de discursos que indicavam o “início” de um período onde os direitos a políticas públicas diferenciadas seriam incorporados e assumidos como prioritários no novo governo. Nada mudou.

Sem falar na crise do território dos Ianomâmis, que o governo prometeu atuar de forma enérgica, mas não entregou resultados. Em fevereiro deste ano a própria ministra teve que admitir ter falhado, depois da publicação do boletim epidemiológico pela Secretaria da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que demonstrou aumento de 6% nos casos de mortes em 2023, totalizando 363 vítimas.

Enquanto isso, só em 2023 o Ministério dos Povos Indígenas gastou em viagens aproximadamente **R\$34,6 milhões**, sendo deste valor R\$23.909.395,61 só com diárias. Em termos quantitativos naquele ano, entre servidores, colaboradores e convidados, foram realizadas 10.685 viagens, segundo dados do Painel de Viagens do Governo Federal. E, mesmo diante da alardeada crise no território Ianomâmi, não consta nenhuma viagem nacional realizada pela Ministra. Pelo contrário, apenas viagens internacionais, que somaram R\$143.241,86 aos cofres públicos.

Em 2024, o caminho não parece ser muito diferente. Até o momento, foram realizadas 4.831 viagens ao custo total de **R\$20.906.192,13**, dos quais R\$14.240.361,80 foram gastos com diárias. Se comparado a toda esplanada, o ministério figura em 10º lugar no ranque dos que mais tiveram viagens, permanecendo na mesma posição em relação aos valores gastos. Atrás de ministérios com orçamentos e atribuições de maior relevo e abrangência nacional. Para se ter uma ideia, dados consolidados de 2023, apontam o ministério na 12ª posição de quantidade e gastos com viagens.

Ministério dos Povos Indígenas			
Ano	Dotação Atual	Valores Pago	Valores pagos com viagens
2023	R\$ 813.100.975,00	R\$ 577.541.164,00	R\$ 34.589.907,69
2024	R\$ 1.042.701.546,00	R\$ 301.190.523,00	R\$ 20.906.192,13
Total no período		R\$ 878.731.687,00	R\$ 55.496.099,82

Fonte: SIOF/Ministério do Planejamento e Painel de Viagens/Ministério da Gestão. Acesso: 05.07.2024.

Somente com o Sr. Hone Riquison Pereira Sobrinho, [apontado na reportagem de Thalys Alcântara e Mateus Salomão, do Portal Metrôpoles](#), como amigo pessoal e ligado a ONG da Ministra Sônia Guajajara, em que pese não ter vínculo com a administração, foram gastos R\$ 75.928,46 com viagens. Situação em análise perante o TCU no bojo do [Processo 007.765/2024-0](#), sob a forma de representação.

Para se ter uma ideia, se comparado a um [servidor nomeado em janeiro de 2023](#), como gerente de projeto ligado diretamente ao Secretário-Executivo da Pasta o dispêndio com viagens nacionais do sr. Hone Sobrinho pode ser considerado muito elevado. As despesas pagas com o servidor em questão foram da ordem de R\$93.746,03. Em que pese o valor também ser elevado, isso sem considerar as despesas internacionais, o servidor ao menos tem capacidade de representação do ministério.

Outra Pasta que chama a atenção para os dispêndios com viagens é a do **Ministério da Igualdade Racial - MIR**, talvez não pelo volume de viagens, mas pela clara demonstração de ausência de planejamento e desrespeito ao erário. Das 742 viagens registradas entre 2023 e junho de 2024, 575 estão identificadas no Painel de Viagens do Ministério da Gestão como viagem com antecedência inferior a 15 dias. Com gastos de R\$4,7 milhões no período, sendo R\$1,2 milhão só com viagens internacionais.

Em pesquisa realizada somente com o nome da ministra, Anielle Francisco da Silva, nesse mesmo período foram gastos R\$484.671,89, dos quais R\$467.764,20 foram com viagens com antecedência inferior a 15 dias. O maior dispêndio foi para que a ministra participasse do Fórum Permanente de Afrodescendentes da ONU de 2023, criado em 2021 e com periodicidade anual, realizado na cidade de Nova Iorque, cuja solicitação de emissão da passagem apenas com 3 dias de antecedência do voo, ao custo de R\$ 26.133,97, cuja viagem onerou em R\$63 mil reais aos cofres públicos.

Inclusive, a ministra esteve na Câmara dos Deputados no último dia 3, em sessão conjunta das comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Direitos Humanos e Minorias, justamente para explicar os gastos do ministério com viagens. Apresentou dados divergentes ao constante no Painel sob a responsabilidade do Ministério da Gestão. A ministra se limitou a afirmar que as incursões no exterior têm por finalidade fechar acordo de interesse da Pasta e que o governo investiu R\$500 milhões no Plano Juventude Negra Viva, mas não demonstrou resultados práticos dessas ações. Negando qualquer irregularidade nas realizações de viagens vinculadas ao seu ministério.

Hipocrisia Escancarada: Governo Lula Reprime Greve do IBAMA e ICMBio Apesar de Promessas de Apoio a Grevistas

Em um ato de pura hipocrisia, o governo Lula reprime grevistas do IBAMA e ICMBio, contradizendo seu discurso de apoio aos trabalhadores e revelando sua verdadeira face autoritária.

- O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sob intenso escrutínio e críticas após, através da Advocacia-Geral da União (AGU), ter movido uma [ação](#) no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para suspender a greve dos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A medida do governo é contraditória e hipócrita, especialmente à luz das recentes declarações de Lula sobre o direito de greve.



Discurso e Contradição

- Em um [discurso](#) recente, o presidente Lula afirmou enfaticamente que "ninguém será punido nesse país por fazer uma greve". Lula destacou a importância do direito de greve como um instrumento legítimo dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho e salários. Esta declaração parecia reafirmar um compromisso com os direitos dos trabalhadores, alinhando-se à histórica postura do Partido dos Trabalhadores (PT).
- No entanto, a ação da AGU, mostra uma realidade diferente. A AGU entrou com um pedido de declaração de ilegalidade e abusividade da greve dos servidores do IBAMA e do ICMBio, solicitando a suspensão imediata do movimento grevista. A ação foi motivada pelo impacto da greve nas atividades institucionais e pelos supostos prejuízos causados pela paralisação, argumentando que os serviços essenciais não estavam sendo mantidos adequadamente.

Decisão Judicial

- Atendendo ao pedido da AGU, o STJ [determinou o retorno imediato dos servidores](#) ao trabalho, reforçando a posição do governo sobre a ilegalidade da greve. A decisão judicial baseou-se no argumento de que a greve comprometia serviços ambientais essenciais e que não houve cumprimento adequado das exigências legais para a paralisação.

Repercussão e Críticas

- A decisão de judicializar a greve e a subsequente ordem de retorno ao trabalho geraram uma onda de críticas ao governo Lula. Analistas e defensores dos direitos trabalhistas apontaram para a contradição entre o discurso presidencial e as ações governamentais. De fato, o governo reprimiu o movimento grevista, contradizendo a promessa de não punir grevistas.

Alegações 'Infundadas' da AGU

- As entidades representativas dos servidores ambientais, como a [ASCEMA Nacional](#), Condsef e Sindsep-DF, indicam que as alegações da AGU são infundadas. De acordo com os servidores, [foram mantidos 100% do contingente](#) para operações de resgate de fauna, controle e prevenção de incêndios florestais, e atendimento a emergências ambientais. Esses serviços essenciais apontados pela AGU estavam operacionais, e a greve afetava principalmente os processos de licenciamento ambiental, que são cruciais para o avanço de empreendimentos e obras públicas.

- A ASCEMA Nacional declarou que a greve foi construída em bases sólidas e legais, enfatizando a [incoerência entre o discurso e a prática do governo](#). Mesmo após 9 meses de negociações infrutíferas, os servidores afirmam ter flexibilizado diversas demandas para viabilizar um acordo, mas foi unilateralmente rejeitado pelo governo.

Impacto na Credibilidade

- A postura do governo em relação à greve do IBAMA simboliza mais um episódio de falta de alinhamento entre o discurso político e a prática governamental, minando ainda mais sua confiança junto à população.
- A situação destaca a necessidade de maior alinhamento, coerência e previsibilidade nas ações do governo. A controvérsia em torno da greve do IBAMA é mais um importante desfecho para demonstrar a ingerência de Lula junto aos servidores públicos.



**“NINGUÉM SERÁ PUNIDO
POR FAZER GREVE”,
DIZ LULA**



ECONOMIA

Desconfiança Econômica Cresce e Impacta Mercado Brasileiro: Estrangeiros Retiram R\$ 40 Bilhões da Bolsa no Primeiro Semestre de 2024

O mercado desconfia cada vez mais da economia brasileira sob Lula, com estrangeiros retirando R\$ 40 bilhões da bolsa, o pior semestre desde a pandemia, evidenciando a má condução econômica do governo.

- A subida do dólar após as falas do atual presidente mostrou a desconfiança do mercado com relação ao ajuste das contas públicas e ao futuro da condução da política monetária.
- Ainda assim, existem dados mais estruturais que vêm indicando uma queda geral na confiança na economia brasileira.



- O primeiro deles é a retirada de estrangeiros da bolsa. [Entre janeiro e junho](#), cerca de R\$ 40 bilhões foram retirados do país por estrangeiros. Junho, por sinal, foi o pior mês desde 2018, com saídas de R\$ 4,2 bilhões. Com isso, o primeiro semestre de 2024 [é o pior em retiradas desde a pandemia](#).
- Os investidores externos estão, também, [participando menos de fusões e aquisições](#). Tradicionalmente, estrangeiros estão em 31% dessas operações. Em 2024, o número caiu para quase metade, 16%.
- O financiamento do governo, com o aumento das taxas de juros de longo prazo, também está com mais dificuldade em se financiar. Um aumento recente das taxas de juros não foi suficiente para liquidar [nem mesmo um terço dos títulos colocados no mercado](#).
- Isso acompanha a queda de rentabilidade verificada pelos títulos. De acordo com o [Infomoney](#), os investidores que apostaram em títulos públicos prefixados em junho deste ano tiveram prejuízo de cerca de 13%. Esses títulos vêm acumulando prejuízos ao longo do ano.
- Nesses casos, o cenário interno vem sendo determinante. A deterioração das contas públicas, com indícios de que o governo não pretende mudar a rota, afeta a atratividade de se investir no país, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros.



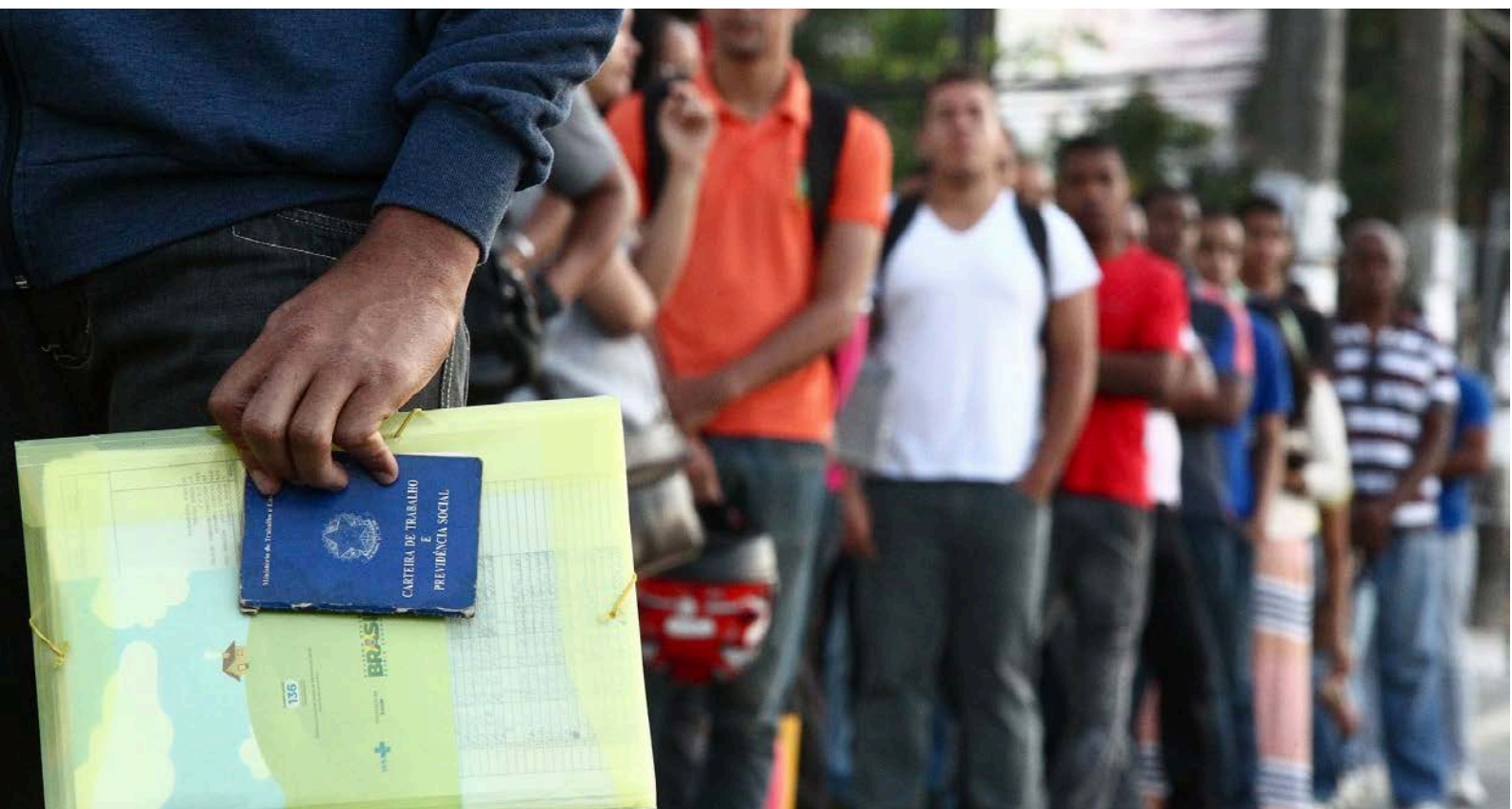


TRABALHO

Queda na Criação de Empregos Aprofunda Crise no Governo Lula: Economistas Soam Alarme Sobre Crescimento Econômico

A queda contínua na criação de empregos revela a falência das políticas econômicas do governo Lula, suscitando críticas severas e preocupações crescentes sobre o futuro do PIB e da estabilidade econômica.

- O Ministério do Emprego e Trabalho divulgou, no último dia 27, dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, programa que reúne dados do governo federal sobre empregos formais, o qual demonstrou retração na criação de empregos pelo terceiro mês seguido.



- No mês de maio foram realizadas 2.116.326 admissões e 1.984.515 demissões, o que resultou no saldo de 131,8 mil postos de empregos, pior resultado para o ano de 2024, e o terceiro mês consecutivo de retração na criação de empregos. Em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram criados 155,7 mil empregos, houve uma queda de 23 mil postos de emprego, sendo o percentual de queda de 15,3%.
- Recordando que, uma das promessas do Governo Lula foi a criação de 2 milhões de postos de empregos com carteira assinada no ano de 2023, porém o resultado foi de apenas 1,5 milhão de vagas registradas, queda de 26,3% em relação ao último ano de governo de Jair Bolsonaro, que gerou 2.013.340 novos postos.
- Quando comparado o acumulado de janeiro a maio, o saldo é de 1,088 milhão de postos de trabalho, melhor que o mesmo período de 2023, porém menor que o de 2022, quando foram gerados 1,103 milhão de empregos e do que em 2021, um ano após a pandemia do COVID-19, quando o montante foi de 1,162 milhão de novos postos.
- O saldo de empregos divulgado pelo CAGED neste mês surpreendeu os economistas, pois a previsão é bem abaixo do esperado, gerando preocupações como menor crescimento do PIB e de pausa na política monetária.
- Segundo o Jornal Eletrônico O Globo, o professor de economia da Unifesp e da Faculdade Belavista, Veneziano Araújo, declarou que o mercado se assustou com o resultado de saldos de empregos, porque mesmo as previsões mais pessimistas não traziam números tão ruins. Alertou que a desaceleração pode ser um indício de que o empresariado vem perdendo a confiança no crescimento econômico sob o governo.
- O economista da FGV Marcio Holland declarou ainda que: ***“Com criação de vagas na margem, ou seja, agora em maio, abaixo das expectativas, nota-se que podemos estar em início de ciclo de aumento na taxa de desemprego para os próximos trimestres em linha com previsão de menor crescimento do PIB e de pausa na política monetária.”***

PAINEL DE INFORMAÇÕES DO NOVO CAGED

Admissões

Desligamentos

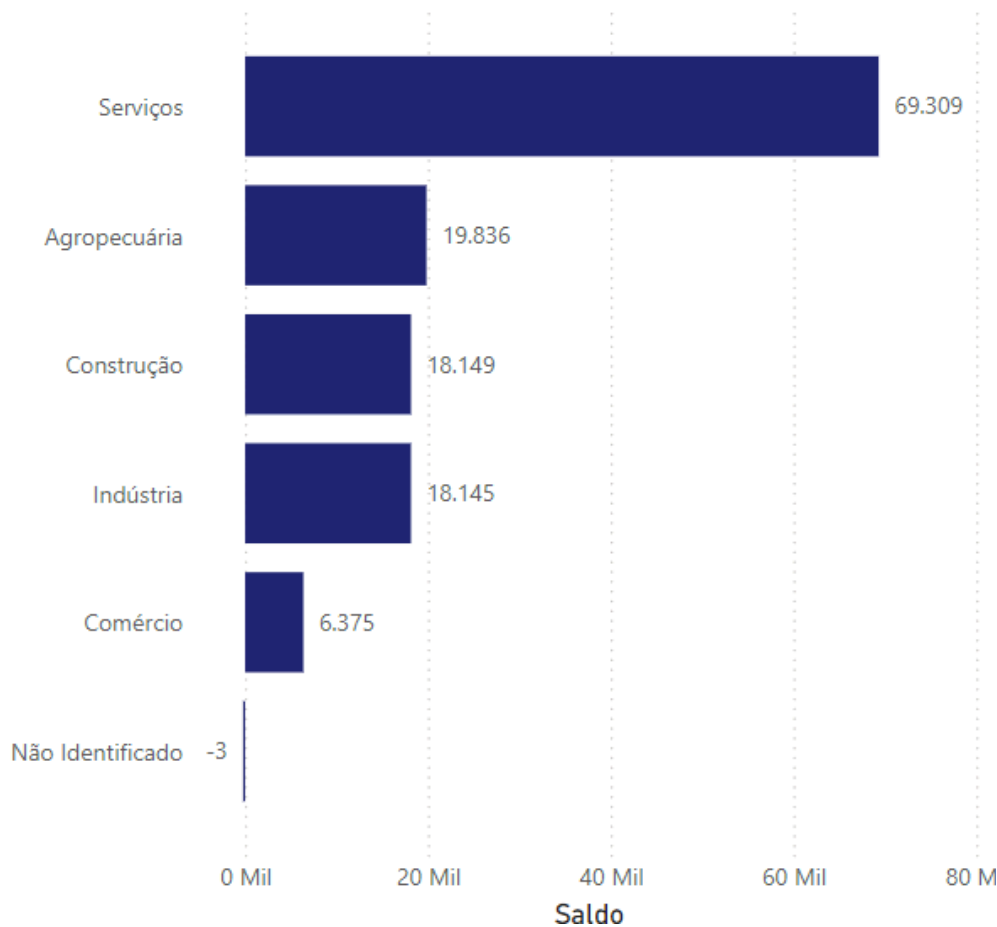
Saldo

Seleção de Indicadores

2.116.326 1.984.515 131.811

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Vr. Relativa
Agropecuária	128.126	108.290	19.836	1.831.358	1,09%
Indústria	321.202	303.057	18.145	8.830.196	0,21%
Construção	211.420	193.271	18.149	2.907.272	0,63%
Comércio	478.022	471.647	6.375	10.297.215	0,06%
Serviços	977.552	908.243	69.309	22.740.194	0,31%
Não Identificado	4	7	-3		
Total	2.116.326	1.984.515	131.811	46.606.230	0,28%

Saldo por Grande Grupamento de Atividade Econômica



Fonte: [CAGED](#).



Lançamento do Plano Safra 2024/25: Propaganda Grandiosa, Resultados Decepcionantes e Produtores endividados

O [Plano Safra 2024/25](#) de Lula é mais uma propaganda vazia, com promessas infladas que não se traduzem em apoio real aos produtores, agravando a crise no setor agropecuário.

Não é de hoje que o presidente Lula gosta de frequentar palanques para lançar programas governamentais e apresentar números majestosos, de se “cair o queixo” da sociedade. Mesmo que não sejam cumpridos. Com o Plano Safra não é diferente. Ano passado, por exemplo, lançou o maior [Plano Safra \(2023/24\)](#) da história em recursos anunciados. Mas não foram executados.



Este ano será ainda pior. Já endividados da última safra, os produtores rurais ainda bateram de frente com o crescimento dos seus custos de produção, com o aumento dos preços dos fertilizantes e a disparada do dólar, por exemplo.

O Plano Safra 2024/2025 revela que, apesar de um aumento nominal nos recursos destinados ao setor agropecuário, as taxas de juros mantidas em níveis elevados e a insuficiência de recursos para seguros rurais e outras linhas de crédito não correspondem às necessidades reais do setor.

Além disso, a tentativa do governo de inflar os números através de políticas marginais ao Plano Safra evidencia uma falta de compromisso efetivo com a sustentabilidade e segurança do setor agropecuário nacional.

Essa abordagem resultará em um agravamento do endividamento dos produtores rurais e uma menor capacidade de investimento em tecnologias e práticas sustentáveis, fundamentais para a competitividade e resiliência do setor no longo prazo.

Principais Pontos do Plano Safra 2024/2025

1. Volume de Recursos e Juros:

Dos R\$ 400,59 bilhões de crédito rural para a agricultura empresarial, 53% (R\$ 211,5 bilhões) serão a juros livres. Incluindo os recursos oriundos de LCA para compra de CPR (R\$ 108 bilhões), 63% do crédito será a juros livres.

A subvenção teve um aumento de 20,4%, totalizando R\$ 16,3 bilhões em 2024/2025, comparado a R\$ 13,5 bilhões em 2023/2024.

2. Taxas de Juros e Limites de Contratação:

A taxa Selic reduziu-se em 3,25 pontos percentuais (de 13,75% a.a. para 10,50% a.a.), mas as taxas de juros do plano safra permaneceram nos mesmos níveis da safra anterior, com exceção do Moderfrota, que teve uma redução de 1 ponto percentual.

Poucas alterações foram feitas nos limites de contratação, com algumas linhas tendo ampliação nos limites: Inovagro, Moderagro, e Proirriga.

3. Seguro Rural:

O Governo Federal anunciou uma subvenção de R\$ 1,16 bilhões para o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), com uma suplementação orçamentária de R\$ 210,9 milhões exclusiva para o estado do Rio Grande do Sul.

Apesar disso, a área segurada dentro do PSR e o valor da subvenção têm se reduzido nos últimos anos, caindo de 13,68 milhões de hectares em 2021 para 6,2 milhões de hectares em 2023. Já o valor da subvenção caiu de R\$ 1,15 bilhões em 2021 para R\$ 925,45 milhões em 2023, conforme o gráfico abaixo.

Total do Valor da Subvenção por Ano (R\$)



Fonte: [MAPA](#).

Análise do PAP 2024/25

1. Endividamento da Agropecuária Nacional:

Segundo a [Nota Oficial da FPA](#), o plano atual não aborda de forma eficaz o crescente endividamento dos produtores rurais. Apesar do aumento nos recursos, a estrutura do plano mantém os juros altos, o que pode agravar o endividamento.

2. Recursos Insuficientes e Juros Elevados:

A FPA solicita mais recursos e juros menores, pois os valores destinados são insuficientes para atender a demanda do setor. Mesmo com a redução da Selic, os juros para os agricultores não foram ajustados adequadamente na mesma proporção, exceto em casos específicos como o Moderfrota.

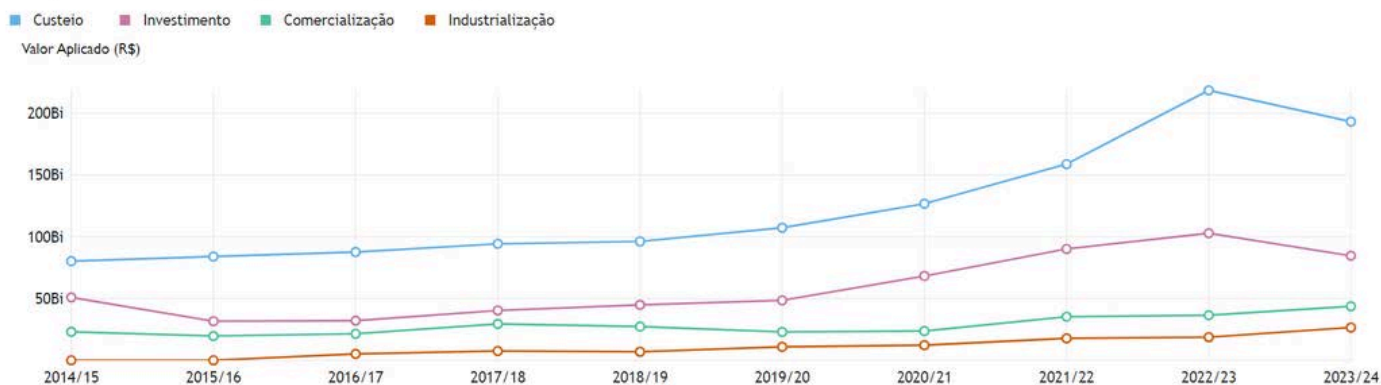
3. Seguro Rural (PSR):

O declínio significativo na área segurada pelo Programa de Seguro Rural (PSR) é alarmante. A diminuição de 13,68 milhões de hectares para 6,2 milhões de hectares entre 2021 e 2023 aponta para uma vulnerabilidade crescente dos produtores rurais diante de adversidades climáticas e outras incertezas. A subvenção de R\$ 1,16 bilhões, apesar de parecer significativa, é insuficiente para cobrir a demanda real do setor, que exige uma elevação de recursos para R\$ 3 bilhões.

Resultados frustrantes do Plano Safra anterior (2023/24)

Conforme o gráfico abaixo, **houve uma queda significativa de 7,5% no desempenho do crédito rural da safra 2022/23 para a 2023/24**. Enquanto em 2022/23 foram executados R\$ 376,65 bilhões para essa finalidade, R\$ 348,15 bilhões foram utilizados no último Plano safra. O valor é inclusive 4,5% menor que o montante de recursos [anunciado](#) pelo próprio governo em junho de 2023 (R\$ 364,22 bi).

Evolução histórica do desempenho do Crédito Rural por Finalidade



Fonte: [Observatório da Agropecuária Brasileira](#).

Fonte: Banco Central do Brasil

Diferentemente do vem sendo constantemente atacado pelo presidente Lula, nunca foi a taxa de juros básica (Selic) o motivo para o resultado frustrante do Plano Safra 2023/24. Importante reiterar que a média da Selic foi de 13,7% a.a. durante a vigência do Plano Safra 2022/23. Já em 2023/24, ficou em torno de 11,8% a.a..

O motivo principal do arrefecimento do setor está centrado em três aspectos:

1. Falta de planejamento preventivo e adequação às intempéries climáticas

Já era de notório conhecimento público a chegada do fenômeno “El niño” e as eventuais consequências para a atividade agropecuária. Mesmo assim, o governo optou por ignorar pedidos do setor para remanejar recursos mais apropriados às adversidades, como um seguro rural mais robusto, bem como mais recursos para maior equalização das taxas nas linhas de crédito a juros controlados.

2. Piora do ambiente regulatório

Os ataques velados ao Agro, seja pelo próprio [presidente Lula](#), seja pelos seus [ministros](#), não se limitaram somente a discursos nos palanques. Houve

piora significativa do regramento para o acesso ao crédito rural, com a adoção de critérios socioambientais inatingíveis, através da [Resolução CMN nº 5.081/2023](#), por exemplo.

3. Excesso de intervencionismo governamental no mercado

Sob falsa premissa de haver desabastecimento de arroz no país, Lula publicou a [MPV 1217/2024](#), que autorizava a importação de 1 milhão de toneladas de arroz pela Conab, livre de licitações, livre de certificações e com marca própria do governo.

Apesar de contida pela oposição, a medida causou temores sobre essa nova postura de intervencionismo ilegal. A ação do governo relembrou a estratégia adotada por Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, onde políticas de intervenção no setor privado e controle de preços, combinadas com a importação de alimentos baratos, levaram à ruína dos produtores locais e à dependência externa.

Conclusão

É evidente que o governo está mais preocupado em apresentar números grandiosos que, na prática, não se traduzem em melhorias concretas para o ambiente de negócios dos produtores rurais. A insistência em manter taxas de juros elevadas, mesmo com a redução da Selic, e a insuficiência de recursos destinados a linhas de crédito essenciais e seguros rurais, revelam uma desconexão entre os anúncios oficiais e a realidade enfrentada no campo.

O aumento nominal dos recursos no Plano Safra 2024/2025 e a inclusão de políticas marginais para inflar os números são medidas superficiais que não abordam os desafios estruturais do setor. Assim, ao invés de criar um ambiente mais favorável para o crescimento e a sustentabilidade da agropecuária nacional, o governo parece focado em uma contabilidade criativa que pouco beneficia os produtores na prática.

